

Vencer a crise

Para ganhar a década

▶ Boletim Número 5

▶ Novembro de 2020

Índice dos Textos

• “2021: Um Ano do Pós-Crise?”:

O desfasamento entre o agravar da crise pandémica com novas restrições à mobilidade e uma P.O.E. centrada na retoma da economia e na consolidação das contas publicas (Pág. 2)

OS NÚMEROS

- “**Indicadores Estatísticos Nacionais**”: A oscilação dos indicadores com melhoria, recuos e um panorama geral de indefinição e incerteza melhorias, recuos e incerteza a aumentar (Pág. 4)
- “**Os Números da P.O.E. para 2021**”: Um cenário macroeconómico optimista e uma proposta orçamental descentrada do combate à crise e da necessidade de uma política pública expansionista (Pág. 6)

AS POLÍTICAS

- “**As Mais recentes Medidas do Governo**”: O forte impacto nos sectores de bens e serviços ao consumidor (Pág. 9)
- “**Uma Nova Política Comercial Renovada para uma Europa mais Forte**”: A crise veio introduzir profundas alterações no comércio quer dentro da U.E. quer na relação desta com países terceiros e para a C.E. (Pág. 11)

OS DESAFIOS

- “**O COVID 19, o Clima e o Futuro do Transporte Rodoviário**”: Os novos desafios com que se confrontam os sectores da mobilidade (Pág. 13)
- “**Trabalho 2035: Como as pessoas e as máquinas vão criar novas formas de trabalhar**” : O redesenhar das relações laborais, os riscos e as oportunidades (Pág. 15)

Vencer a crise

Para ganhar a década

2021: UM ANO DO PÓS-CRISE?

1. O discurso dos nossos governantes (e dos técnicos) vêm acentuando os tempos difíceis que temos pela frente (provavelmente prolongando-se até ao verão do próximo ano) e, após vários meses, em que afastaram a possibilidade de um retorno a um novo cenário de confinamento, com restrições mais ou menos severas à mobilidade, eis que tudo muda.

Um novo confinamento, baseado, por agora, no “dever cívico” de ficar em casa é decretado pelo Governo, o Presidente da República anuncia que iremos novamente entrar em “Estado de Emergência” e fica, desde logo, de pé a perspectiva de, com o agravar da situação, vir a ter lugar um endurecimento das medidas restritivas agora decretadas.

Pela nossa parte, afirmámos, logo após o impacto económico resultante do primeiro confinamento iniciado em meados de Março, que um novo confinamento, mesmo que, na forma, menos restritivo que o primeiro, teria, pelo **efeito acumulado**, um impacto agravado na grande maioria dos sectores e empresas prestadoras de serviços (com o comércio e a restauração à cabeça) ao consumidor final. A situação de grande fragilidade em que estas se encontram, e que os cinco meses de alguma retoma da actividade não permitiram inverter, coloca-as, face a uma nova quebra da procura, à beira do colapso. Neste quadro, a decisão de encerrar ou manter abertos os estabelecimentos do comércio ou dos serviços — com a excepção dos bens e serviços considerados essenciais — não sobreleva o **impacto da decisão de impor restrições à mobilidade**. Estas são acentuadas pelo clima de receio e de insegurança que a comunicação das medidas introduz e pelo impacto, muito forte, que a obrigatoriedade do teletrabalho terá nos consumos fora de casa.

Por isso, não temos muitas dúvidas, que as novas medidas restritivas, mesmo sem encerramentos obrigatórios, vai inevitavelmente agravar a situação dos sectores que têm sido os mais atingidos pela crise e ampliam a tendência para uma **evolução dual da economia**, cujos choques assimétricos conduzem a que coexistam sectores em crescimento, mais ou menos acentuados em função da natureza do impacto da crise e sectores com fortes quebras de actividade e em situação de ruptura financeira.

É, por isso, que quando olhamos apenas para os **números agregados** eles não nos dão o verdadeiro impacto social desta, crise reflectido nas previsões

de desemprego e nos valores da despesa com a protecção social, e conduzem a que se subestime a necessidade de agir atempadamente no sentido de estancar o encerramento e a insolvência de muitas milhares de empresas, sobretudo micro, pequenas e médias empresas. Estas, confrontadas com a impossibilidade de obter receitas para efectuar os seus pagamentos a terceiros, vivem, hoje de moratórias, diferimentos ou do simples incumprimentos, e, num, contexto de quebra mais ou menos prolongada da procura, não vão conseguir gerar receitas futuras que lhes permitam saldar essas dívidas.

As políticas públicas não podem ignorar esta realidade e devem agir com o carácter de emergência que a situação requer e, considerando os já referidos impactos assimétricos da crise, produzir respostas diferenciadas que não podem deixar de colocar numa primeira linha de prioridade apoiar aqueles que verdadeiramente carecem de um apoio de emergência e que, muito naturalmente, apresentam rácios financeiros que, em, condições normais, os afastariam do acesso a financiamentos públicos e do recurso, sem garantias reais, ao crédito.

2. Em contraste com este cenário de agravamento do surto pandémico e de fortes medidas condicionadoras da actividade económica, a proposta de Orçamento de Estado (POE) do Governo para 2021, traça-nos um **cenário de saída da crise**, baseado, desde logo, numa recuperação a ter lugar no último trimestre deste ano, com uma previsão para a queda do PIB abaixo daquela que, antes desta nova vaga pandémica, era projectada pela generalidade das instituições nacionais e internacionais (com excepção da mais recente previsão do Banco de Portugal de Mário Centeno que opera uma acentuada revisão em alta das previsões que o Banco apresentara no início do verão), e que irá prosseguir, de forma mais acentuada em 2021, com um crescimento previsto de 5.4%.

A POE para 2021 assume-se como sendo, do ponto de vista da política económica, um documento «neuro» — nem austeritário, nem expansionista — que aponta para uma contracção do défice de 3 p.p. do PIB baseada no efeito conjugado do **crescimento económico** (que a política orçamental coloca como factor exógeno) e que é responsável por cerca de 2/3 da consolidação

prevista, e da **redução da despesa** (quer pela previsão de um menor impacto dos «estabilizadores automáticos», quer pela redução das medidas de política activa).

A verdade é que, mesmo antes dos mais recentes sinais de agravamento dos contágios do COVID e das novas medidas restritivas, que colocam a execução desta POE num patamar de reduzida credibilidade, forçando a necessidade de um O.E. suplementar durante o ano de 2021, o cenário macroeconómico — se bem que em linhas com a generalidade das previsões internacionais cujo zigzaguear constante tem ultrapassado o razoável, indo para além da margem de incerteza que a situação comporta — afigurava-se já pouco realista, nomeadamente quanto ao ritmo de retoma da procura externa, cuja influência das políticas nacionais é diminuta no curto prazo, e, sobretudo, quanto aos números do saldo da balança de bens e serviços que, perante o menor contributo resultante da crise da balança de serviços, estará dependente — como o C.F.P. chama a atenção — de um saldo (negativo) da balança de bens que não se regista desde 1995 (início da série estatística) e que é ainda mais improvável num ano em que as razões de troca não nos favorecem e o próprio Governo prevê que o crescimento das exportações acompanha a procura externa relevante (ou seja sem ganhos de quota de mercado).

Neste contexto, a evolução das contas públicas, e, em especial, os níveis de redução da despesa primária no PIB, além de pouco realistas, afiguram-se excessivos no actual quadro de crise que vivemos. Christine Lagarde, cuja actuação à frente do BCE tem sido exemplar, ainda recentemente insistia que as políticas orçamentais têm que ser assumidas pelos Estados da «zona euro» como políticas económicas activas de combate à crise, sem subordinação (subconsciente ou por mera antecipação) às regras do PEC, cuja suspensão, defende, se devem manter enquanto for necessário.

3. A política económica na situação actual não pode deixar de incidir, sobretudo, na retoma da **procura interna**, ou seja no aumento do consumo privado e do investimento, o que requer que, do lado da oferta se impulse o investimento público e privado e do lado da procura, não apenas se reforce o rendimento disponível das famílias (e, sobretudo ao nível das chamadas «classes médias»), mas se fomente o incentivo ao consumo.

Um O.E. baseado numa política social assistencialista não garante a necessária recuperação da procura que é uma condição da retoma em 2021.

Uma referência ainda para os números do investimento público (FBCF), que o Governo apresenta como sendo um elemento a destacar na POE, colocando o ênfase no aumento previsto para este de 20% relativamente a 2020. Na leitura que fazemos da situação económica do país trata-se de um número ainda insuficiente — já sem referenciar o histórico de incumprimento dos valores orçamentados, sendo de lembrar que a estimativa prevista para 2020 do investimento público continuará a manter-nos na última posição, em percentagem do PIB relativamente aos restantes 26 países da U.E. e que o valor previsto para 2021 é ainda cerca de metade do valor executado há dez anos (em 2010). Sabendo-se que em 2021 ainda não vamos poder contar com grandes apoios ao investimento oriundos de Bruxelas, as verbas inscritas no O.E. (descontando os adiantamentos previstos no PRR e que não contam para o défice) são um instrumento essencial para a recuperação da nossa economia.

Com o serviço da dívida a baixar (o valor previsto para 2021 é inferior a metade do aumento previsto para o PIB nominal) será necessário apontar para uma redução tão acentuada do saldo primário (de -4.3% do PIB para -1.7%) e colocar o respectivo saldo estrutural próximo do equilíbrio.?

Não seria preferível termos um O.E. **mais prudente** quanto ao desempenho «natural» da economia e **mais actuante** nas medidas activas de combate à crise? Os números do Governo colocam, em 2021, Portugal no 4º lugar dos países da zona euro com o mais baixo défice orçamental (a seguir à Grécia, Letónia e Luxemburgo, que têm um histórico pandémico bem diferente do nosso), e ao basear-se num cenário benigno da crise não sinaliza como devia que a economia é uma prioridade e que se esta colapsar o custo orçamental será muito superior.

Nesta crise, pior do que o seu grau de intensidade, num período de tempo mais limitado, é a perspectiva de um prolongar da mesma, sem que verifique uma retoma, ainda que podendo ver uma curva ascendente menos acentuada, e em que as perdas se vão acumulando sem fim à vista.

OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS: melhorias, recuos e incerteza a aumentar

A estimativa rápida do INE para a descida do **PIB no 3º trimestre** do ano é de um **decréscimo homólogo de -5,8%**, ainda significativo, mas já bastante inferior ao do 2º trimestre (-16,4%). A variação em cadeia foi de 13,2%, muito significativa, quando comparada com o decréscimo em cadeia de -13,9% no 2º trimestre do ano. Para o melhor desempenho no 3º trimestre contribuiu sobretudo a procura interna, com uma contração menos acentuada no consumo privado, e também um contributo negativo menos intenso da procura externalíquida, resultante da recuperação nas exportações de bens mais intensa que a recuperação das importações. As exportações de serviços, condicionadas amplamente pela contração do turismo, registaram ainda quebras muito acentuadas.

No mercado de trabalho **o emprego reduziu-se 3%** face ao 3º trimestre de 2019, ainda que tenha aumentado 1,5% face ao 2º trimestre do ano. **O número de desempregados aumentou em termos homólogos 24,9%**, tendo aumentado 45,1% face ao 2º trimestre de 2020. Do 2º para o 3º trimestre a taxa de desemprego aumentou 2,2 pontos percentuais.

Apesar dos muitos setores ligados ao turismo, à cultura, ao desporto e algumas outras áreas dos serviços, se manterem quase sem recuperação, os dados disponíveis até agosto evidenciavam evoluções menos desfavoráveis que nos meses anteriores na atividade industrial, na atividade da construção e no conjunto agregado dos serviços.

No comércio internacional de bens, as descidas em agosto voltaram também a ser menos acentuadas que nos meses anteriores, com uma quebra de -1,4% nas exportações de bens (-7,1% em julho) e de -11,6% nas importações de bens (-20,4% em julho).

Os indicadores quantitativos disponíveis referentes a setembro são ainda escassos: o crescimento da produção industrial abrandou (IPI cresceu 2,9%), o volume de negócios no comércio a retalho não decresceu e os indicadores do mercado de trabalho evoluíram menos desfavoravelmente.

O indicador de confiança dos consumidores tem oscilado entre melhorias e retrocessos: depois de ter recuado em setembro, com o contributo negativo das

perspetivas futuras dos consumidores, melhorou em outubro, com o contributo das componentes sobre a atividade passada e sobre as perspetivas futuras.

O indicador de clima económico (que sintetiza indicadores qualitativos, a partir dos inquéritos de conjuntura às empresas), diminuiu sucessivamente menos entre maio e setembro. E no mês de outubro o saldo de respostas extremas, de 0,4, foi pela primeira vez, desde abril, não negativo, resultado sobretudo da melhoria das expectativas dos empresários sobre a evolução das diversas atividades nos próximos 3 meses, quer ao nível do volume de negócios, quer ao nível da evolução futura do respetivo emprego, a qual determinou indicadores de confiança nos diversos setores menos negativos.

Mas iniciada a nova vaga da pandemia, com o número de infetados em Portugal e no resto da Europa, a aumentar em cada semana, deparamo-nos novamente com a concretização de confinamentos adicionais, já no início de novembro, e com uma maior incerteza sobre as suas consequências na evolução da atividade económica portuguesa, já ao longo do quarto trimestre em curso.

Dos vários indicadores quantitativos disponíveis, salientam-se:

Na componente do consumo:

- **o montante global de operações na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras), **em setembro, registou um decréscimo homólogo menor**, de -4,5% (-8,1 em agosto, -9,7% em julho e -14,4% em junho)
- **a redução no número de matrículas de veículos ligeiros de passageiros** (inclui as matrículas veículos novos vendidos, e dos veículos usados importados) foi de -13,3%, **em setembro, mais intensa** que a redução de -8,1% em agosto
- o índice de volume de negócios (IVN) do **comércio a retalho registou em setembro uma variação homóloga não negativa, de 0,2%, pela primeira vez desde março (-4,3% em agosto)**
- **as vendas de gasolina** (em ton) **em agosto**, de -10,8%, **reduziram-se menos** face a agosto de

2019, redução que tem vindo a ser menos intensa de mês para mês (-13,6% em julho)

Na componente do investimento:

- a **venda de veículos comerciais ligeiros** (veículos novos) **teve em setembro um decréscimo** homólogo de -7,2%, **bastante mais moderado** do que o registado nos meses anteriores (-40,5% em agosto)
- e nas **vendas de veículos pesados de setembro reforçou-se a descida** homóloga para **-8,6%** (-7,2% em agosto)
- as **vendas de cimento no mercado interno, em setembro, cresceram ligeiramente menos: 11,9%** (12,9% em agosto)
- a **importação de máquinas, partes e acessórios teve um decréscimo homólogo menos intenso, de -3,5%, em agosto** (-6,6% julho)
- **no índice de produção industrial de bens de investimento, o decréscimo homólogo, de -5%, em setembro, voltou a acentuar-se** face aos meses anteriores (-1,9% em agosto).

No Turismo, o mês de setembro evidenciou recuo, face à recuperação ligeira no segmento de residentes verificado em agosto. Cerca de 24% dos estabelecimentos de alojamento turístico terão estado encerrados nesse mês. A estimativa rápida do INE sobre dormidas no alojamento turístico em setembro, aponta para quebras homólogas de -8,5% nas dormidas de residentes (-2,1% em agosto) e de -71,9% nas dormidas dos não residentes (72% em agosto). Para as dormidas de residentes nas regiões do Algarve e do Alentejo estimam-se novamente aumentos homólogos (de 10,3% e 5,2%, respetivamente), mas para a região centro é estimado um decréscimo homólogo de -8,4% (aumentou 1,1% agosto).

O Transporte Aéreo, condicionado pelo turismo, mantendo-se muito aquém do nível de atividade habitual antes da crise da pandemia, terá registado em agosto a menor das quebras desde abril, segundo as estimativas rápidas do INE. Assim, no mês de agosto, é estimado que o número de aeronaves de voos comerciais que aterraram tenha decrescido -46,4%, face a agosto de 2019 (-62% em julho); o movimento de passageiros nos aeroportos nacionais terá diminuído em termos homólogos -65,9% (-79,5% em julho); e o movimento de carga e correio (em toneladas) registou uma descida homóloga de -38,9% (-47,8% em julho).

Em termos globais em **agosto a atividade das empresas ainda se manteve aquém dos seus**

níveis habituais prévios à pandemia, e em algumas atividades de forma muito severa, apesar de se registarem **decréscimos homólogos menos acentuados nos índices de volume de negócios da indústria e do agregado global dos serviços.**

Em agosto, os índices de volume de negócios (IVN) do INE registaram decréscimos homólogos de -5,6% na indústria (-11% em julho), de -4,3% **no comércio a retalho** (-2,5% em julho) e de -14,1% **nos Serviços** (-15,7% em julho), com particular destaque para a descida de -86,2% nas Agências de viagem, operadores turísticos e atividades relacionadas, de -68,8% no Transporte Aéreo, de -61,9% no Alojamento, de -54,9% nas Atividades cinematográficas, de vídeo e outras relacionadas, de -37% na Restauração e de -37,4% nas Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

A quebra homóloga do IVN do comércio por grosso foi de -8,5% (-6,9% em julho), enquanto no comércio e manutenção automóvel o IVN registou pela primeira vez, desde março, uma variação homóloga positiva de 1,2% (-1% em julho).

No comércio a retalho, em setembro, o IVN pela primeira vez desde março não decresceu, com uma variação homóloga de 0,2% (-4,3% em agosto). Destaca-se em particular o retalho alimentar, com um acréscimo homólogo de 1,7% no IVN, mobilizado em particular pelo melhor desempenho dos estabelecimentos de retalho alimentar não especializados, nos quais o crescimento do IVN foi de 3%. No sentido oposto, o IVN do retalho alimentar em estabelecimentos especializados decresceu -11,4% em termos homólogos.

No retalho não alimentar em termos globais o IVN ainda está a decrescer, embora menos intensamente que nos meses anteriores: -1% face a setembro de 2019 (-6% em agosto). No retalho não alimentar em estabelecimentos especializado salientam-se as quebras persistentes no IVN do retalho dos Têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro, com uma descida homóloga de -13,2% (-25,2% em agosto), no IVN do retalho de Produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene, com uma quebra homóloga de -6,3%, destacando-se também a descida de quase 5% no retalho de combustíveis. No sentido contrário, continua a destacar-se o IVN do retalho de Bens para o lar e similares, com um aumento homólogo de 10,9% e o aumento homólogo de 27,8% registado em setembro no IVN do retalho por Correspondência, internet e outros meios (+12,5% em agosto).

OS NÚMEROS DA PROPOSTA DE O.E. PARA 2021

A. O Cenário Macroeconómico do Governo

1. O cenário macroeconómico para 2021 é, como o próprio Relatório do O.E. realça, uma construção plena de incertezas. O Governo optou por escolher uma evolução baseada nos pressupostos mais favoráveis, alinhando com o optimismo de uma rápida recuperação da economia, a ter lugar já durante o último trimestre de 2020 e a reforçar-se ao longo de 2021. Os números apresentados revelam, desde logo, duas preocupações: evidenciar em 2020 que a recessão em Portugal será inferior à média da zona euro (que as principais instâncias internacionais não acompanham, prevendo uma queda entre 9% e 10%); apresentar uma recuperação da economia, em que, já em 2021, o PIB nominal será idêntico ao de 2019.

2. Se é verdade que, em fase de crescimento, o contributo da procura interna bruta supera sempre o da procura externa líquida, é a previsão de uma retoma das exportações, especialmente robusta (mesmo considerando a previsão de queda em 2020, que curiosamente, é maior que a revista pelo Banco de Portugal de Mário Centeno, que de Junho para Outubro reduziu a queda em quase 6 p.p.), que é a variável que, na verdade, permite sustentar o crescimento apresentado.

Ora, a retoma das exportações é, na presente conjuntura, um dado de elevada incerteza e que o Governo não controla, seja no que se refere à evolução global da procura externa relevante (e em 2020 a previsão é de perda de quota de mercado), seja, em especial, no comportamento das actividades de serviços mais atingidos pelo efeito pandémico (turismo e transportes). Por seu turno, a recuperação do consumo privado apresenta-se bastante mais tímida (passa de -7.1% em 2020 para apenas 3.9% de crescimento em 2021), surgindo mesmo algo dissonante com o discurso de um pacote de medidas robustas para aumentar o rendimento das famílias (o Governo prevê que a taxa de poupança passe de 7.0% em 2019 para 13.1% em 2020, caindo para 9.8% em 2021).

3. Em consequência do ponto anterior e mesmo considerando uma evolução neutra dos termos de troca, o Governo prevê já em 2021 que o **saldo da balança de bens e serviços fique de novo em terreno positivo**.

Pelo que já dissemos esta é uma previsão difícil de acompanhar (o último relatório do Banco de Portugal com previsões ainda menos negativas do que as do Governo antecipa um saldo negativo em 2020 superior ao do Executivo) até porque não é clara qual a fundamentação do Governo para que em 2021 as importações em valor fiquem abaixo das exportações, pois embora percentualmente a recuperação dos serviços possa ser maior, o contributo dos serviços deverá continuar abaixo dos valores de 2019. A previsão do saldo positivo para 2021 é de -2.8 p.p. em relação a 2019, donde o contributo decisivo vem da evolução da balança de bens que passaria de -4.4% em 2020 para -3.8% em 2021.

4. O investimento (FBCF) após um valor projectado para 2020 de -7.4%, irá crescer 5.3% em 2021, o que é uma revisão em baixa do Governo relativamente aos números constantes do O.E. suplementar para este ano. São números muito dependentes do acesso aos fundos/apoios comunitários e do grau de execução do investimento público previsto e que ainda assim, crescerão abaixo do PIB não recuperando da queda de 2020. Com 2/3 passados dos anos de concretização do PT2020 (considerando a regra n+3), temos programas com taxas de execução abaixo dos 50%.

5. Por último, confrontamo-nos com uma evolução prevista para a evolução da taxa de desemprego que é, igualmente, bastante optimista, com uma redução desta dos 8.7% em 2020 para 8.2% no próximo ano. Este número não parece levar devidamente em conta que, mesmo num cenário de retoma, iremos ter uma **economia a duas velocidades**, com sectores em que as dificuldades de sobrevivência e de manutenção dos postos de trabalho se irão mesmo agravar. Temos empresas que terminadas as medidas de excepção (layoff, moratórias de crédito, adiamento de pagamentos fiscais e a fornecedores) não irão subsistir ou terão que reduzir muitos dos seus custos e que, por outro lado, os sectores com maior resiliência à crise não são, no geral, sectores com potencial de criação líquida de um grande número de postos de trabalho.

B. As Contas Públicas do Governo

1. As medidas orçamentais relacionadas com a crise COVID 19 explicam cerca de 1/3 do défice de 2020 (ou seja, sem estas medidas o défice baixaria dos 7.3% previstos para 4.5%).

Para o próximo ano, sem as medidas já tomadas no contexto da pandemia e que se projectam em 2021 e sem novas medidas, o défice seria de apenas 2.6% do PIB. Ou seja, as políticas adoptadas representam 1.7 p.p. do PIB, cabendo 0.9 p.p. ao impacto das medidas de 2020 e 0.8 p.p. às novas medidas previstas. Em termos orçamentais estamos a falar de um número que ronda os 2 mil milhões de euros, num custo total das mesmas de 3.5 mil milhões, em que a diferença é suportada por verbas da U.E..

Assim, a prevista redução do défice em 2021 fixada em 3 p.p. do PIB explica-se em 2 p.p. pelo crescimento da economia e em 1 p.p. pela política orçamental que, medido pelo saldo estrutural, baixa, de acordo com os números da proposta do O.E., duas décimas em 2021 (de 3% para 2.8%). Este indicador, que elimina o efeito do ciclo económico é, quando analisado em termos evolutivos, o barómetro sobre a natureza expansionista (quando se agrava) ou contraccionista (quando melhora) da política orçamental. Segundo as mais recentes previsões do FMI, Portugal será o 2º país da zona euro (a seguir à Grécia) com um maior saldo primário estrutural positivo em 2021 (1.3%).

2. Com o serviço da dívida a cair, em valores absolutos e em percentagem do PIB, o Governo dispõe de suficiente margem orçamental para poder adoptar um orçamento mais expansionista e sem ter que apresentar um saldo primário tão próximo do que o Governo designa, em linguagem muito pouco rigorosa, por «contas certas». Na verdade, o Governo aumenta, mesmo que ligeiramente, a carga fiscal (de 23.8% para 23.9%), colocando a receita corrente a crescer acima do PIB (de 42.0% passa para 42.2%), enquanto para a despesa corrente as previsões são de uma baixa de 45.6% do PIB para 43.7% em 2021.

Neste quadro, o aumento do investimento público (FBCF) de 2.5% do PIB (valor estimado e ainda não executado em 2020) para 2.9% do PIB em 2021, têm um significado bem modesto e, embora sem conhecermos a exacta aplicação, destas verbas, não poderá deixar de estar muito

concentrado na recuperação de projectos com atrasos de concretização significativos.

Temos defendido que o investimento público deveria representar cerca de 4% do PIB, pelo que os números de 2020 e 2021 (a serem executados) sabem a muito pouco. Em 2020, com a queda do PIB, os 2.5% do PIB (+0.2 p.p. do que o orçamentado), em comparação com o valor de 2019, representa 16% de aumento mas, comparativamente com os números de há 10 anos, ainda muito longe do desejável, representando apenas 51% do valor de 2010 (que atingiu neste ano os 9.5 mil milhões) e não é suficiente para que possamos sair do último lugar, a nível da zona euro, em termos do peso do investimento público no PIB (de acordo com os números da U.E.).

3. A redução da despesa com prestações sociais, com a passagem de 20.5% do PIB para 19.9%, ainda que com um ligeiro acréscimo em valor, poderá ser considerada uma previsão, que, por um lado, é optimista (pelo efeito dos estabilizadores automáticos) e, por outro, insuficiente (dada a necessidade de reforçar e agilizar as medidas de apoio indo muito para além das situações abaixo do limiar da pobreza).

4. Finalmente, quanto à evolução da dívida pública, em 2021 e nos anos subseqüentes, os números apresentados, por um lado, parecem salvaguardar que o limiar psicológico dos 140% de dívida não será atingido (a previsão do Conselho Finanças Públicas era de um maior agravamento), com uma estimativa de 134.8% em 2020 e, por outro, apresentam uma evolução desacelerativa ao longo dos próximos anos bastante rápida e, porventura, optimista em demasia (passando de 130.9% para 118.8% em 2024), o que igualmente contrasta com as previsões do C.F.P. em que o valor previsto pelo Governo para 2021 é praticamente a previsão deste Conselho para o valor da dívida em 2024 (130.1%).

O controle da dívida pública é, ontem como hoje, um objectivo central da política financeira do Governo e a derrapagem da mesma para valores demasiado elevados expõe o País a riscos externos que urge acautelar, mesmo sabendo que no momento presente a actuação do BCE é uma forte barreira a que isso suceda. Mas, isso não significa que na actual situação, as anteriores metas de redução da dívida devam

ser repostas de forma muito acelerada e que seja recomendável subordinar essa contracção a todos os outros objectivos de política orçamental.

Refira-se que a nível mundial os números da dívida pública vão – segundo o FMI – subir significativamente em 2021, ultrapassando os 100% do PIB mundial, o mesmo sucedendo para o conjunto da zona euro, que, já em 2020, poderá registar um rácio acima daquele valor.

5. Uma nota final relativamente ao parecer emitido pelo C.F.P. e apenso ao relatório da proposta de O.E., e que, até face aos números recentes apresentados por este Conselho se revela estranhamente inócuo e acomodado aos números do Governo, mesmo descontando o critério das políticas invariantes do Conselho e o facto de o parecer apenas avaliar o impacto da política orçamental no cenário macroeconómico, que como vimos é bastante reduzida.

Outros Números

❖ O Banco de Portugal (Boletim de Outubro) apresenta-nos números (do 1º Semestre) sobre os **empréstimos bancários que beneficiaram de moratórias**, revelando que, em relação ao total, aqueles representam apenas 18%. Mas, mais revelador é a sua distribuição por sectores e tipologias de empresas. Assim, as moratórias de crédito:

– Foram superiores, em termos relativos, nas grandes empresas (28% dos empréstimos destas) do que nas micro, pequenas e médias (18%);

– Foram mais expressivos em sectores menos atingidos pela crise, caso da indústria transformadora, do que em sectores como os transportes ou o comércio (com respectivamente 22% e 24%). Enquanto, no comércio apenas 47,1% das empresas beneficiou da moratória com garantia pública, na indústria atingiu-se os 53,1%.

❖ As mais recentes previsões do FMI (de Outubro) para a **evolução das contas públicas no médio prazo** (até 2025), constantes do “Fiscal Monitor”, mostram para Portugal:

– Uma evolução da dívida pública a reduzir-se de 137,2% do PIB em 2020 para 115,9% em 2025 (-21,3 p.p.), bem superior à evolução registada na média da «zona euro» (a passar de 101,1% para 94,3%) e colocando a nossa dívida em 2025 não apenas abaixo da Grécia (165,9%) e da Itália (152,6%), mas, igualmente, da França (123,3%), da Bélgica (123,0%) e da Espanha (118,1%).

– Igualmente, em relação ao défice orçamental, a previsão aponta para uma redução, passando dos -8,4% estimados para 2020 para -0,7% em 2023, invertendo-se, nos dois anos seguintes, a tendência com uma subida para -1,8% em 2025, sendo, este último valor, coincidente com a previsão para o conjunto da «zona euro». O saldo primário regista uma evolução ainda mais favorável, com a previsão de um equilíbrio do mesmo já em 2021 (divergente dos números do Governo e de difícil concretização) e um saldo positivo nos anos seguintes (em 2025 os 0,2% de saldo compara com o valor de -0,5% para o conjunto da «zona euro»).

AS POLÍTICAS

AS MAIS RECENTES MEDIDAS DO GOVERNO

1, O mês de Outubro trouxe-nos já novas medidas restritivas com impacto na actividade económica e na sociedade em geral, fazendo esquecer a relativa normalidade com que vivemos o período do Verão.

Entramos, uma vez mais, num período de incerteza quanto à profundidade das medidas restritivas que irão sendo implementadas, no contexto de nova(s) declaração(ões) do Estado de Emergência.

Da experiência dos primeiros meses da pandemia, não recolhemos todos os ensinamentos necessários, sendo o exemplo mais óbvio o que se passa no domínio da saúde; mas tal é igualmente verdade quando analisamos as medidas restritivas que vão sendo implementadas e que visam, muito em particular, os sectores do comércio e serviços de proximidade designadamente a restauração. Os diplomas, como por exemplo a RCM nº 92-A/2020, continuam a gerar inúmeras dúvidas, não são raras as incongruências, e as soluções apontadas geram muitas vezes efeitos contrários ao pretendido, sendo disso exemplo a limitação ao número de pessoas em loja, exagerada face aos critérios usados nos restantes países europeus.

Mas a maior incongruência é pretender que, por um lado, todas as actividades se mantenham a funcionar normalmente, mas por outro, se sensibilize ou imponha às pessoas, consoante os casos, para que permaneçam em casa, através, nomeadamente, de uma nova alteração ao regime de teletrabalho.

Como temos vindo a afirmar, o teletrabalho podendo ser necessário em algumas situações, tem um impacto muito significativo, desde logo, nas empresas abrangidas por esta imposição, mas igualmente em todos os sectores orientados para o mercado interno. E, uma vez mais, se passou um atestado de menoridade a empresários e gestores, partindo do princípio de que a generalidade das empresas não organizou já os seus locais de trabalho de modo a minimizar os riscos de contágio, indo aliás ao encontro de outros diplomas entretanto publicados como o relativo ao desfasamento de horários de trabalho.

Em simultâneo com as medidas orientadas para a contenção da pandemia, continuamos a ser surpreendidos com um conjunto de alterações à legislação do trabalho, num contexto especialmente complexo como o que vivemos.

Estamos a falar, em concreto, da recente aprovação em Conselho de Ministros da proposta de lei que procede à suspensão excepcional do prazo de contagem de prazos associados à caducidade e sobrevida dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, nos termos previstos no Código do Trabalho. Ao contrário do que é referido no comunicado do Conselho de Ministros dificilmente se pode entender esta medida como, " *mais um elemento de resposta das políticas públicas à crise suscitada pela doença Covid-19, que o Governo defende dever pautar-se pelos princípios da qualidade do emprego e do trabalho e pelo reafirmar da dimensão coletiva das relações de trabalho*". Como a experiência tem vindo a demonstrar não só o número de caducidades foi significativamente reduzido ao longo dos anos, como muitas vezes os textos que os substituem são claramente mais vantajosos, na sua globalidade, para trabalhadores e empresas.

Mas receia-se que as alterações no domínio das relações laborais não se fiquem por aqui, motivadas pelos acordos políticos em torno da discussão do Orçamento do Estado para 2021. Não será assim de estranhar que novas medidas em áreas como o período experimental, o trabalho temporário ou os direitos dos trabalhadores que trabalham em plataformas, venham a surgir a pretexto da crise em que vivemos.

Em síntese, parece-nos que o Governo vai adoptando medidas avulsas, gerindo o momento e esquecendo-se que para investir e trabalhar é preciso alguma previsibilidade mesmos em tempos particulares como o que vivemos.

2, Na passada quinta-feira, dia 05 de Novembro, o Ministro da Economia e da Transição Digital anunciou um novo pacote de medidas dirigidas às empresas, que se agrupam nos seguintes eixos:

Revisão do apoio à retoma progressiva

Apoiar.PT

Novas linhas de crédito

Relativamente à revisão do **regime de apoio à retoma progressiva**, não sendo ainda conhecidos todos os aspectos desta revisão, a mesma procura responder a um conjunto de problemas já a identificados, permitindo, por um lado, o acesso ao Apoio à Retoma Progressiva para aos empregadores que tenham requerido o incentivo extraordinário à normalização da actividade empresarial sem terem de devolver os montantes já recebidos e, por outro lado, visa garantir que o empregador que tenha recorrido à aplicação das medidas de redução ou suspensão previstas no Código do Trabalho, e que pretenda aceder ao apoio extraordinário à retoma progressiva de actividade, não fique sujeito ao prazo que limita o recurso a medidas de redução ou suspensão.

As medidas Apoiar PT e Novas linhas de crédito traduzem-se num apoio total de **1.550 M€**. Estas medidas estão orientadas para sectores fortemente atingidos pela pandemia, no caso do Apoiar PT, ou para sectores fortemente exportadores, no caso das linhas de crédito. Foi ainda anunciada uma linha de crédito de 50 M€ para PME e MIDCAP para empresas de apoio a eventos.

Quanto à linha de crédito dirigida à indústria exportadora, num total de 750 **M€**, não foram referenciados critérios quanto à dimensão das empresas, mas apenas a exigência de um elevado volume de negócios proveniente da exportação de bens. Prevê-se a possibilidade de conversão de 20% do crédito concedido em subsídio a fundo perdido em caso de manutenção de postos de trabalho. O crédito a conceder varia em função do número de postos de trabalho.

Finalmente, o APOIAR PT é um subsídio a fundo perdido dirigido a micro e pequenas empresas dos seguintes sectores:

Comércio e serviços abertos ao Consumidor com encerramento decretado em março de 2020;

Actividades da cultura;

Alojamento e actividades turísticas;

Restauração;

Os montantes de apoio variam em função da percentagem da quebra de faturação nos três primeiros trimestres de 2020 até limite de:

- Microempresas: **7.500€**
- Pequenas empresas: **40.000€**

Os critérios para beneficiar desde apoio dependem da existência de quebras de facturação superior a 25% nos primeiros nove meses de 2020, capitais próprios positivos à data de 31.12.2019 e situação financeira regularizada junto da AT, SS, Banca e SGM

As empresas comprometem-se a manter os postos de trabalho e a não distribuir lucros.

Com o anúncio destas medidas o Governo reconhece que há sectores em grandes dificuldades.

O impacto real das medidas, esse, é difícil de estimar nesta fase, uma vez que falta conhecer todo o enquadramento destas medidas. Antecipam-se, no entanto, alguns potenciais problemas, em particular no APOIAR PT. Desde logo, a questão de saber se serão apoiados apenas os sectores obrigados a fechar ou, ao invés, todos os sectores que fecharam, não por decreto, mas porque não havia condições para funcionar. É também duvidoso não se ter optado pelo critério de PME utilizado na generalidade dos programas comunitários. E finalmente, está por demonstrar que passados mais de oito meses desde o início da pandemia, a generalidade das empresas consegue ter os seus compromissos com AT, SS, Banca e SGM todos em dia e que num futuro próximo consegue manter todos os postos de trabalho. O nível de cumprimento terá que ser aferido pelos dados de 2019 e não de 2020.

Independentemente do maior ou menor mérito deste novo pacote de medidas, as mesmas não são suficientes para mitigar os efeitos desta crise no sector do comércio e em muitos serviços. Neste contexto, continua a ser imperioso encontrar uma solução mais equilibrada para a questão das rendas comerciais que pesam significativamente nos custos destas empresas. Seria ainda de toda a prudência que o OE para 2021 contemplasse algumas medidas que não implicando a redução de impostos, pelo menos, não agravassem a situação das empresas. Refere-se a título de exemplo a criação de regimes especiais de pagamento em prestações dos principais impostos sem vencimento de juros e necessidade de apresentação de garantia e a *duplicação do número de prestações dos planos prestacionais vigentes.*

Uma Nova Política Comercial Renovada para uma Europa mais Forte

A Comissão Europeia vai lançar uma revisão da política de comércio e de investimento da Europa, processo que tem **dois objectivos** fundamentais:

- avaliar como é que a política comercial pode contribuir para uma recuperação socioeconómica rápida e sustentável, reforçando a competitividade no contexto pós-COVID-19, respondendo aos desafios que a União Europeia (UE) irá enfrentar e ajudando a promover os seus valores e normas;
- compreender de que forma pode a política comercial ajudar a construir uma UE mais forte, com base num modelo de “Autonomia Estratégica Aberta”, que explore os benefícios da abertura a favor das empresas, dos trabalhadores e dos consumidores europeus, protegendo-os simultaneamente de práticas injustas e reforçando a resiliência para que melhor se enfrentem os desafios futuros.

A proposta de revisão refere a **importância do comércio** na economia da UE e no quotidiano dos cidadãos europeus, sendo responsável por uma parte substancial do emprego e assegurando uma maior variedade de opções para os consumidores. Refere, também, que o comércio internacional tem impulsionado a prosperidade da Europa e dos seus parceiros globais, sendo que – nas últimas décadas – o comércio externo representou quase 35% do Produto Interno Bruto (PIB) da UE e o investimento directo estrangeiro (IDE) representou quase 40% do PIB.

Constata-se que antes da crise do COVID-19, o nível de abertura da UE era um dos mais significativos a nível mundial, com 35 milhões de postos de trabalho dependentes das exportações e 16 milhões do investimento directo estrangeiro – ou seja, sendo um em cada sete postos de trabalho dependente das exportações (mais 2/3 do que em 2000).

O documento salienta, ainda, a importância que o comércio tem tido para as **PME europeias** e que a política comercial tem desempenhado na promoção e salvaguarda das normas e dos **valores da UE**, tanto a nível interno como externo, nomeadamente nos domínios dos direitos humanos, do ambiente/clima, dos direitos sociais e laborais, do desenvolvimento sustentável e da igualdade de género (entre outros).

Reconhece-se, por outro lado, que a política comercial europeia opera actualmente num contexto cada vez mais difícil, tanto a nível externo como interno, pelo que a resposta a esses desafios exigirá uma política comercial mais coerente e articulada com as prioridades externas e internas da UE:

- a nível externo, o comércio está cada vez mais exposto à volatilidade das relações internacionais, tendo sido transformado numa arma com objectivos económicos ou geopolíticos;
- a nível interno, houve uma diminuição da crença de que os benefícios da globalização e da evolução tecnológica são partilhados de forma equitativa e ao longo das cadeias de valor, entre os diferentes sectores económicos e pela sociedade no seu conjunto.

A crise do COVID-19 revelou, ainda, diversas vulnerabilidades, tanto a nível mundial como dentro da UE, que importa considerar (incluindo os riscos de dependência excessiva de um fornecedor ou de um número limitado de fornecedores de bens e serviços críticos nos sectores dos equipamentos médicos e de protecção), exigindo-se que a União analise de que forma poderá melhorar a sua capacidade de resiliência. Importa, por outro lado, que os benefícios que a UE tem retirado do comércio internacional continue assente em regras, dispondo simultaneamente de protecção contra práticas injustas – haverá, pois, que se assegurar um equilíbrio entre uma Europa “aberta ao comércio” e a protecção das normas, das empresas e dos cidadãos europeus.

No âmbito deste processo de revisão, a Comissão Europeia decidiu lançar um processo de **consulta pública** que se encontra aberto até ao dia 15 de Novembro de 2020.

A consulta está organizada em torno de uma dúzia de questões e, dos vários contributos já recebidos pela Comissão Europeia, poderemos destacar as seguintes referências:

— a proliferação de medidas proteccionistas não deverão ser o “novo normal” pós-COVID, com todos os potenciais efeitos negativos sobre a competitividade e a robustez da economia europeia, sendo essencial a existência de um sistema de negociação multilateral (OMC);

— o conceito proposto de “autonomia estratégica aberta” deverá ser analisado cuidadosamente, sendo que as cadeias de valor globais são uma realidade e, não só trazem benefícios aos consumidores europeus, mas a muitas outras pessoas do mundo inteiro;

— o sistema de trocas comerciais europeu deve permanecer estável e previsível para os operadores económicos;

— a UE já concluiu um importante número de acordos de comércio livre, mas a sua utilidade depende da sua concretização no terreno;

— é importante que se concluam as negociações comerciais com parceiros-chave como a Austrália, a Nova Zelândia, a Indonésia e o Chile; seria desejável que se alcançasse um acordo comercial significativo com os EUA; dever-se-á, igualmente, alcançar rapidamente um acordo que minimize os efeitos negativos da saída do Reino Unido (Brexit); a política comercial com África deverá ser melhorada, tendo em consideração a dimensão “serviços”;

— deverá haver um maior enfoque na dimensão “serviços” da indústria;

— a Comissão poderia apoiar um procedimento facilitado que permitisse às empresas lidar com as barreiras de acesso aos mercados externos, bem como dar acesso a mais informação sobre aspectos não tarifários;

— os serviços da Comissão deveriam assegurar uma abordagem coerente entre as várias estratégias relacionadas com as PME, tal como a Estratégia da UE para as PME;

— a UE deveria aproveitar a sua política comercial para ajudar a desbloquear as potencialidades da economia verde, por exemplo procurando eliminar barreiras tarifárias e não tarifárias sobre bens e tecnologias ambientais, promovendo normas internacionais e definições de economia circular comuns nos acordos de comércio, encorajando uma abordagem comum a regras ligadas aos resíduos, promovendo

Serviços para prolongar a vida dos produtos e incentivando investimentos em tecnologias digitais;

— o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), que assegura um acesso preferencial aos países em desenvolvimento, deveria ser mantido, pois tem-se revelado uma solução “win-win” para ambas as partes, além de que tem contribuído para a redução dos níveis de pobreza e para a promoção do desenvolvimento de uma boa governança e do desenvolvimento sustentável;

— a UE deveria colocar uma maior ênfase no apuramento de responsabilidades dos países de origem relativamente ao cumprimento de obrigações estabelecidas a nível europeu e internacional; no entanto, a negociação de acordos de comércio livre deve ter no seu cerne as questões comerciais, devendo as questões não comerciais ser endereçadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT);

— com cadeias de abastecimento distribuídas a nível global, a digitalização de dados poderá servir como um facilitador para a harmonização da forma como os bens se movem através das fronteiras – é agora o momento para se estabelecer uma base sólida sobre como serão os dados partilhados no futuro;

— o estabelecimento de regras sobre comércio digital internacional permitirá aos empresários europeus, incluindo PME, competirem num nível de igualdade à escala mundial (havendo regras semelhantes aplicáveis);

— a UE deveria olhar para as áreas em que a empresas europeias enfrentam desvantagens competitivas e tentar dar-lhes resposta.

Os resultados do processo de revisão deverão ser divulgados em Janeiro/Fevereiro de 2021 e os interessados poderão enviar os seus contributos para: trade-policy-review-2020@ec.europa.eu

OS DESAFIOS

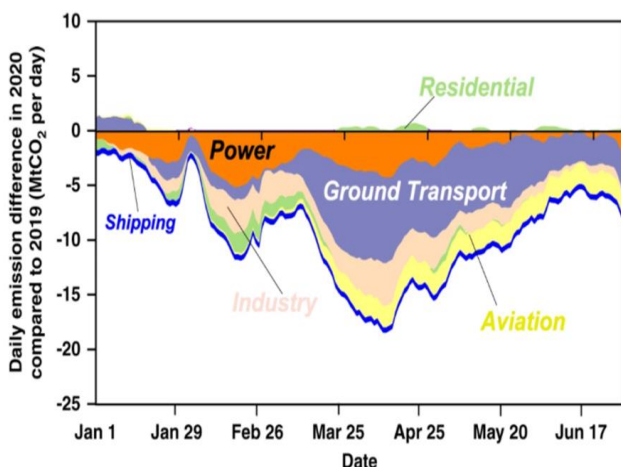
O COVID 19, o Clima e o Futuro do Transporte Rodoviário

Durante o confinamento parcial ou total que os países europeus implementaram para combater o contágio, foi visível como as tecnologias digitais permitiram, a partir de um mesmo local (a residência familiar), dispor de capacidade para manter a actividade profissional, frequentar a escola, ou encomendar compras online ao domicílio.

A nível mundial o combate ao COVID 19 teve outro impacto extraordinário. Para além de ter difundido a utilização em larga escala da digitalização, permitiu reduzir as emissões de CO₂ de forma muito significativa. Mas um dos principais inconvenientes desta redução foi a restrição rigorosa de mobilidade, precisamente porque o transporte terrestre é uma das fontes de emissão de CO₂ mais relevantes.

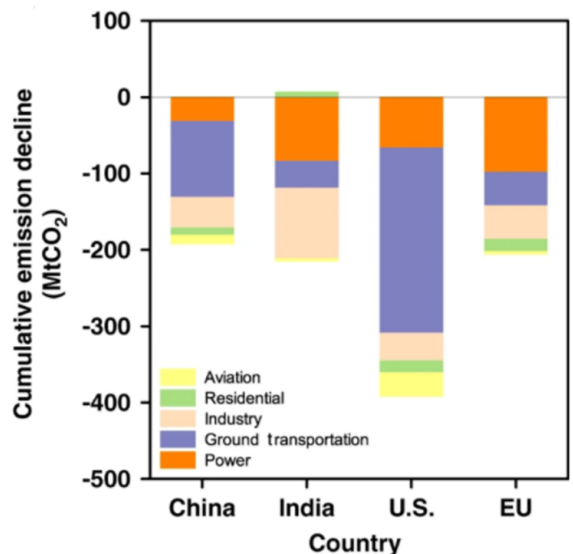
As duas figuras abaixo, publicadas este ano na *Nature Communications*, ilustram esse facto:

Efeitos da epidemia de Covid-19 na redução das emissões de CO₂ a nível mundial



Fonte: Zhu Liu, Philippe Ciais; Hans Joachim Schellnhuber "Near-real-time monitoring of global CO₂ emissions reveals the effects of the COVID-19 pandemic" *Nature Communications* volume 11, Article number: 5172 (2020)

Redução das emissões por sector no primeiro semestre de 2020 na China, Índia, Eua e UE27



Fonte: Zhu Liu, Philippe Ciais; Hans Joachim Schellnhuber "Near-real-time monitoring of global CO₂ emissions reveals the effects of the COVID-19 pandemic" *Nature Communications* volume 11, Article number: 5172 (2020)

A epidemia colocou um grande desafio aos sectores da mobilidade, nomeadamente ao sector do transporte rodoviário (aos operadores e construtores de veículos, responsáveis pelas infraestruturas, reguladores e decisores dos sistemas fiscais), sendo necessário e urgente encontrar uma resposta à seguinte questão: **Como reduzir drasticamente as emissões de CO₂ imputáveis ao transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros?**

Há vários anos os construtores mundiais do sector automóvel e as empresas tecnológicas dos EUA têm investido e investigado respostas frontais ao desafio de manter o transporte rodoviário como uma solução de transporte de mercadorias e de pessoas, tornando-o mais flexível e menos intensivo em capital do que outros modos de transporte terrestre.

Nesse processo de investigação e de inovação destacamos três focos:

Vencer a crise

Para ganhar a década

- A introdução de camiões com sistema de propulsão com recurso a células de combustível, funcionando a hidrogénio, oferecendo ao transporte rodoviário de longa distância uma sustentabilidade ambiental que hoje não lhe é reconhecida. Com efeito, no Japão, Coreia do Sul, EUA, Europa e China estão a ser desenvolvidos modelos de camiões que utilizam o hidrogénio para alimentar células de combustível, gerando eletricidade por via eletroquímica (e não emitindo CO2);
- O investimento e pesquisa em soluções de condução autónoma, permitindo a circulação em autoestradas sem necessidade de intervenção humana, permitindo a sua circulação nas autoestradas durante as horas de menor movimento, ajudando a redução o congestionamento de tráfego nas horas de maior circulação de veículos (o que por sua vez também permite um aumento da capacidade de se deslocar até ao cliente final, podendo esta solução ser complementada com o recurso a drones de transporte para cobrir o *last mile*. Podem identificar-se vários projetos de camiões autónomos em desenvolvimento, quer por empresas há muito presentes no sector, como a Daimler ou a Volvo, ou por grandes empresas de Tecnologias de Informação que pretendem intervir nesta transformação (com a Waymo, que pertence ao Grupo Alphabet, ou por *start ups* como a empresa sueca Einride.
- Um novo conceito de transporte rodoviário que pressupõe uma formação “em comboio” de grupos de camiões autónomos, com ou sem intervenção de um responsável humano pela condução desses grupos, o conceito de “*Platooning*”, que pode ser visto na imagem abaixo.

(ver Quadro no final do texto)

Uma surpresa vinda de Portugal: as redes 5G e o futuro do transporte rodoviário

As empresas de telecomunicações móveis em Portugal têm vindo a estabelecer parcerias tecnológicas internacionais para a instalação de redes 5G. Assim, a NOS optou por uma parceria com a empresa finlandesa Nokia. Entre os projetos em desenvolvimento por esta parceria destaca-se o 5G Mobix, e cuja explicação e parcerias transcrevemos: “*A NOS integra, com a Nokia, o consórcio europeu que vai construir um corredor rodoviário para camiões autónomos entre as cidades Porto e Vigo. Assente na tecnologia 5G, rodoviário para camiões*

autónomos entre as cidades Porto e Vigo. Assente na tecnologia 5G, este projeto tem como objetivo impulsionar a condução autónoma na Europa, através da tecnologia 5G. Coordenado pelo Ertico – ITS Europe, o projeto 5G-MOBIX reúne diversos parceiros portugueses: NOS Comunicações, Brisa, Instituto de Mobilidade, Instituto de Telecomunicações, Siemens, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Centro de Computação Gráfica, Norte Litoral Concessionária - AENL SA e Transportes, Inovação e Sistemas, SA” (Fonte: site da NOS).

WHAT IS TRUCK PLATOONING?

Truck platooning is the linking of two or more trucks in convoy, using connectivity technology and automated driving support systems. These vehicles automatically maintain a set, close distance between each other when they are connected for certain parts of a journey, for instance on motorways.

The truck at the head of the platoon acts as the leader, with the vehicles behind reacting and adapting to changes in its movement – requiring little to no action from drivers. In the first instance, drivers will remain in control at all times, so they can also decide to leave the platoon and drive independently.

WHAT ARE THE BENEFITS OF PLATOONING?

Truck platooning holds great potential to make road transport safer, cleaner and more efficient in the future. That's why truck manufacturers are eager to bring these platoons to Europe's roads, and the first real-life tests are already underway.

- CLEAN**
 - Truck platooning lowers fuel consumption and CO2 emissions. Given that trucks can drive closer together, the air-drag friction is reduced significantly.
 - Platooning can reduce CO2 emissions by up to 16% from the trailing vehicles and by up to 8% from the lead vehicle (according to the recent ITS4CV study by Ertico).
- SAFE**
 - Truck platooning helps to improve safety. Braking is automatic and immediate; the trucks following the lead vehicle only need one-fifth of the time a human would need to react.
- EFFICIENT**
 - Platooning optimises transport by using roads more effectively, delivering goods faster and reducing traffic jams. The driving range of trucks can also be extended in certain situations.
 - It allows drivers to undertake other tasks, such as administrative work or making calls.

HOW DO WE GET THERE?

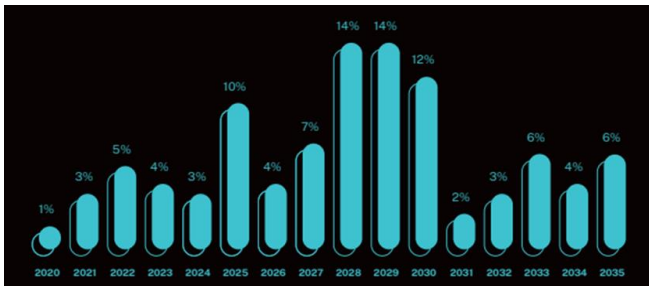
Before platoons of trucks can become a common sight on Europe's roads, we need to:

- Further develop platooning technology and relevant standards.
- Upgrade our road infrastructure to allow for platooning.
- Develop a supportive regulatory framework with harmonised rules and exemption procedures.
- Perform joint research projects and show-case activities, for example to test cross-border platooning with multiple brands (a prerequisite for international transport).
- Gain more experience with platooning in real-traffic conditions, for example to find out how other road users react to platoons and what the optimal number of vehicles in a convoy is.
- Strengthen cooperation between all relevant stakeholders. This also includes operators of road infrastructure, logistics operators, insurance companies and policy makers.
- Get political support for promoting the wide-spread introduction of platooning, eg through incentives.

TRABALHO 2035: como as pessoas e as máquinas vão criar novas formas de trabalhar

A pandemia veio alterar todos os cenários de evolução do trabalho e da forma de trabalhar, obrigando a uma reflexão sobre a forma como as relações laborais vão evoluir, e de que forma os líderes empresariais, legisladores e indivíduos poderão observar as forças que vão moldar o nosso futuro e contribuir para criar o futuro de prosperidade que é desejável por todos.

O ano a partir do qual os profissionais entrevistados acreditam que na sua empresa os lucros gerados pelo trabalho humano vão ser superados pelos lucros da tecnologia e Inteligência artificial



Fonte: Work 2035, Citrix Systems, Inc

Por ser um tema pertinente, optamos neste artigo por realçar o estudo “Work 2035: How people and technology will pioneer new ways of working”, elaborado pela Citrix Systems, Inc., que pretendeu elencar as questões fundamentais que devem ser enfrentadas por todas as empresas e organizações governamentais no seu planeamento estratégico de longo prazo, procurando obter respostas para as seguintes perguntas:

- Como é que os trabalhadores vão ser organizados para gerar valor?
- Como vão ser feitas as parcerias entre as pessoas e a tecnologia?
- Vamos assistir ao aparecimento da formação de equipas constituídas por homens e máquinas?
- Que novas oportunidades e ameaças os trabalhadores vão ter de enfrentar?
- Como é que os governos e entidades supranacionais podem responder com regulamentação para apoiar os trabalhadores e garantir a competição no novo mundo do trabalho?

O estudo pretendeu dar resposta a estas questões, tendo recorrido a alguns dos académicos, líderes empresariais e funcionários mais respeitados nos Estados Unidos e na Europa para imaginar de que forma vai ser o futuro do trabalho em 2035, que oportunidades e ameaças ele pode representar e

como é que as pessoas e a tecnologia vão poder funcionar juntos para gerar valor.

Foram identificadas quatro alternativas para o futuro de trabalho, analisando de que forma a tecnologia vai revolucionar a relação com as pessoas e aumentar a produtividade. Os dados da fase de pesquisa de opinião do estudo ajudaram a entender como funcionários e líderes empresariais imaginam o futuro do trabalho, tendo sido identificados os quatro cenários abaixo descritos:

- Freelance Frontiers

Neste cenário as organizações têm poucos funcionários permanentes, recorrendo em alternativa a uma rede de trabalhadores disponíveis sempre que necessário para desempenhar as tarefas necessárias, e cuja eficiência é melhorada graças à tecnologia. O tipo de trabalho que gera maior valor é realizado cada vez mais por profissionais especializados. O trabalho remoto é cada vez mais eficiente graças à utilização de ferramentas tecnológicas sofisticadas, permitindo aos trabalhadores presentes em vários pontos do planeta treinar e colaborar no mesmo ambiente graças à utilização de plataformas de realidade virtual.

Dados recolhidos do cenário:

- 66% dos funcionários e 54% dos líderes empresariais acreditam que, em 2035, os humanos com chips incorporados no seu corpo para melhorar seu desempenho vão ter uma vantagem injusta no mercado de trabalho.
- 60% dos funcionários esperam que os governos regulamentem as regras laborais de forma mais rigorosa devido à queda no emprego permanente e ao aumento do trabalho “on demand” especializado.

- Platform Plugins

O cenário tecnológico nivelou o mercado para as pequenas empresas, dando-lhes um alcance e escala apenas disponível para empresas de maior dimensão. As ferramentas de inteligência artificial, recolha e tratamento de dados e machine learning tornaram-se mais fiáveis, permitindo a eliminação de postos de trabalho permanentes nas empresas. No entanto, ainda são necessários funcionários para ajudar a construir, verificar e gerir a tecnologia, geralmente trabalhando em regime de freelance.

Principais dados recolhidos do cenário:

- 60% dos funcionários pensam que até 2035 o número de funcionários permanentes vai ser muito menor que o actual;
- 67% dos profissionais acreditam que até 2035, as empresas de maior crescimento vão ter o seu funcionamento assente num modelo de plataformas digitais;
- 63% dos profissionais acreditam que a tecnologia vai trazer vantagens para as pequenas empresas, o que significa que cada sector vai ser fragmentado em muitos nichos de negócios especializados.

- Powered Productives

Neste cenário as empresas beneficiam do aumento dos níveis de produtividade graças à integração entre humanos e tecnologia. Existem milhões de oportunidades de captura de dados que permitem aos CEO's terem acesso a uma imagem em constante evolução da sua empresa e da sua força de trabalho. As empresas com a integração humana e tecnológica mais sofisticada e os trabalhadores mais adaptáveis têm melhor desempenho, o que pode criar monopólios em alguns sectores. Os funcionários gostam de desempenhar funções mais significativas e a integração tecnológica melhora o seu desempenho. No entanto, devem decidir como se sentem, tendo em conta que os seus dados são monitorizados e controlados pelo seu empregador.

Principais dados recolhidos do cenário: 77% dos profissionais acreditam que até 2035, a Inteligência Artificial vai acelerar significativamente os processos de tomada de decisão, tornando-os mais produtivos e 83% dos profissionais acreditam que, até 2035, a tecnologia vai permitir a automação de tarefas repetitivas e de baixo valor, libertando os trabalhadores para se concentrarem nas tarefas mais significativas.

- Automation Corporations

Neste cenário as empresas que têm o controlo sobre

todo o processo laboral têm mais espaço para encontrar novas eficiências, podendo adoptar novas tecnologias com maior rapidez, o que lhes dá vantagem sobre os seus rivais. O emprego permanente prevalece. O talento humano tornou-se mais importante, apesar do trabalho humano poder ser substituído por autómatos e IA. À medida que cada vez mais funções são automatizadas, as funções desempenhadas por humanos vão mudar rapidamente, pelo que os funcionários precisam de continuar a formar-se e treinar para continuarem a ter um papel relevante nas suas organizações.

Principais dados recolhidos do cenário: 72% dos profissionais acreditam que até 2030, a tecnologia e a inteligência artificial vão absorver mais custos operacionais anuais e vão gerar mais receitas para a sua organização do que os trabalhadores humanos e 75% dos profissionais acreditam que em 2035, o investimento em inteligência artificial vai ser o maior factor de crescimento das suas organizações e 57% dos profissionais acreditam que a inteligência artificial tem potencial para tomar a maioria das decisões de negócios até 2035, eliminando a necessidade de uma equipa tradicional de administração.

Principais conclusões:

As visões dos profissionais alinham-se de forma mais consensual em dois dos quatro cenários identificados, "Powered Productives" e "Platform Plugins". A maioria dos líderes empresariais antecipa um mundo de "Powered Productives", de estruturas corporativas robustas e dominantes, alimentadas por uma parceria entre pessoas e tecnologia, enquanto a maioria dos funcionários prevê um mundo muito mais fragmentado de "Platform Plugins", com muitas funções substituídas pela tecnologia e as grandes estruturas corporativas a deixarem de ser dominantes.

Tendo em conta as conclusões do estudo e a disparidade observada entre estas duas visões tão antagónicas, é previsível que a sociedade tenha um papel importante para conciliar as duas visões.

Ficha Técnica

Vencer a crise para ganhar a década

Textos produzidos com a colaboração de:

Ana Vieira

Helena Leal

Hugo Oliveira

Isabel Francisco

José António Cortez

José Manuel Félix Ribeiro